

Doi: <https://doi.org/10.4025/cadadm.v32i2.74676>



A RELAÇÃO DO CAPITAL COM A NATUREZA MUDOU? UMA ANÁLISE CRÍTICA DA AGENDA ESG

HAS CAPITAL'S RELATIONSHIP WITH NATURE CHANGED? A CRITICAL ANALYSIS OF THE ESG AGENDA

 Edir Henig¹
 Pâmela Mossmann de Aguiar²
 Márcia Teixeira Falcão³
 Íris Anita Fabian Ramirez⁴
 Georgia Patrícia da Silva Ferko⁵

Recebido em: 14/11/2024
 Aceito em: 18/11/2024

RESUMO

A crise climática não é apenas mais uma crise que o capitalismo nos proporciona sentir, é uma realidade catastrófica, que coloca em risco a humanidade, mas que no presente, é sentida pela classe trabalhadora, especialmente pelas camadas mais vulneráveis. Para suavizar esta realidade e posicionar as organizações como sustentáveis, surgiu a agenda ESG. A ESG surge e se torna modinha nas políticas organizacionais e na ciência burguesa, que busca limpar a imagem e dar uma roupagem de responsabilidade social e ambiental. Neste sentido, a problemática que move esta discussão é se ESG seria uma forma do capital se apropriar da natureza e maximizar sua acumulação através do discurso de sustentabilidade. Sendo propositivo discutir criticamente a adoção da ESG pelo capitalismo e sua contradição com a percepção de sustentabilidade. Para balizar a discussão, o materialismo histórico-dialético é apresentado como método de análise, pois através dele é possível avançar na reflexão da questão ambiental por meio da crítica às

¹ Universidade Estadual de Roraima - email: edirhenig@hotmail.com

² Nova School of Business & Economics - email: pamelamossmann@hotmail.com

³ Universidade Estadual de Roraima - email: marciafalcao.geog@uerr.edu.br

⁴ Universidade Estadual de Roraima - email: iris.anita@uerr.edu.br

⁵ Universidade Federal de Roraima - email: geoufpe@yahoo.com.br

contradições da reprodução do capital e das fontes de riqueza, nomeadamente, força de trabalho e natureza.

Palavras-chave: ESG. Questão Ambiental. Materialismo Histórico e Dialético. Estudos Organizacionais. Marxismo.

ABSTRACT

The climate crisis is not just another crisis that capitalism makes us experience, it is a catastrophic reality that endangers humanity, but which is currently being felt by the working class, especially the most vulnerable layers of society. To mitigate this reality and to position organizations as sustainable, the ESG agenda has emerged. ESG emerges and becomes fashionable in organizational policies and bourgeois science, which aims to clean up the image and give a veneer of social and environmental responsibility. In this sense, the issue that drives this discussion is whether ESG would be a way for capital to appropriate nature and maximize its accumulation through the discourse of sustainability. It is proposed to critically discuss the adoption of ESG by capitalism and its contradiction with the perception of sustainability. To guide the discussion, historical-dialectical materialism is presented as a method of analysis, as it is possible to advance in the reflection of the environmental issue through criticism of the contradictions in the reproduction of capital and sources of wealth, namely, labor power and nature.

Keywords: ESG. Environmental Issue. Historical and Dialectical Materialism. Organizational Studies. Marxism.

1 INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial possibilitou avanços tecnológicos significativos para a humanidade, contudo estes avanços causaram profundas mazelas aos seres humanos, mas também ao meio ambiente. Engels em seu estudo sobre A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra, traz um panorama da realidade ambiental de seu tempo e como esta situação impactava a classe trabalhadora.

No desenvolvimento da História a questão ambiental se aprofundou, se deslocando dos países de capitalismo imperialista para a periferia, se intensificando ao passo do desenvolvimento da acumulação capitalista, visto que esta é condicionada pela exploração da força de trabalho da classe trabalhadora e da natureza, fonte de toda riqueza (Marx, 2017). Neste sentido, na contemporaneidade é perceptível que o acúmulo da degradação, associados as hodiernas formas de exploração da natureza resultam na crise climática que vivemos. Está, se manifesta através

dos desequilíbrios produzidos pela exploração dos recursos naturais, bem como na produção de resíduos que contaminam solo, água e a atmosfera.

Neste bojo, surge a agenda Environmental, Social and Governance (ESG), idealizada a partir de agências financeiras globais e que são propositivos na construção de um caminho sustentável no capitalismo. O capital cria o ESG para maximizar sua acumulação com uma roupagem que se ancora na responsabilidade social, na sustentabilidade ambiental e na boa governança.

Em um mundo que clama por justiça climática, que direciona sua preocupação ao destino do meio ambiente, tendo um planeta adoecido pela ação humana, surge a indagação que nos motiva a discussão: o ESG seria uma forma do capital se apropriar da natureza e maximizar sua acumulação através do discurso de sustentabilidade?

Na perspectiva desta discussão, é propositivo nos debruçarmos criticamente na análise do desenvolvimento e aplicação do ESG pelos capitalistas, e sua contradição com a percepção de sustentabilidade. Neste sentido, a adoção do materialismo histórico-dialético como método de análise da realidade nos possibilita avançar na reflexão da questão ambiental por meio da crítica às contradições da reprodução do capital e das fontes de riqueza, nomeadamente, força de trabalho e natureza. Henig (2023, p. 3) corrobora ao apontar que “(...) o método marxiano, como método de investigação supera a aparência do objeto e o apreende em sua totalidade, capturando sua essência”. Sendo esta uma das perspectivas da presente discussão.

Para composição deste trabalho colocamos como proposta a seguinte estruturação: na primeira seção é apresentada as origens e conceitos do ESG, contextualizando o avanço da degradação ambiental, fazendo o recorte temporal a partir da inserção do movimento da Revolução Verde na realidade da produção agrícola mundial e dos referenciais teóricos que marcam a construção do debate em torno da degradação ambiental.

Após a contextualização, partimos para a construção da crítica à agenda ESG utilizando o referencial teórico marxista e marxiano. Isso se justifica pela afirmação de Foster (2023, p. 37) que

Uma análise ecológica integral requer um ponto de vista que é tanto materialista quanto dialética. (...) Uma abordagem dialética nos força a reconhecer que os organismos, em geral, não se adaptam simplesmente aos seus ambientes; eles também afetam aquele ambiente de várias maneiras, e, ao afetá-lo, transforma-se.

A partir do materialismo histórico-dialético são realizadas discussões que se pauta na realidade concreta, tal como Marx destaca, “Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo” (2011, p. 54). É pelo método marxiano que é possível estabelecer a abstração do objeto, pautar sua historicidade e expor a contradição capital x natureza, a qual Marx postula ser uma das fontes de toda riqueza.

Na seção seguinte, a contradição é exposta pela prática organizacional da agenda ESG, ao trazer o caso de empresas que usam a agenda ESG em sua imagem (aparente), mas que na prática (essência) praticam o *greenwashing*, não aplicando as propostas da agenda. Nesta sessão, são ainda colocados alguns dados nacionais sobre o consumo de água e de emissão de CO², apontando a falácia da burguesia ao responsabilizar a população sobre a crise climática.

2 ESG: ORIGENS DO CONCEITO

A Revolução Verde irrompe na década de 1950 com a promessa de modernização do campo, de erradicação da fome, de aumento da produção, e, sobretudo como a nova era da agricultura e a busca de desenvolvimento aos países subdesenvolvidos. Contudo, Shiva (2003), leciona que estudos posteriores sobre o impacto da Revolução Verde na agricultura, identificou a intensificação da monocultura, consequentemente, o uso de agrotóxico, fertilizantes e combustíveis fósseis.

Aqui é possível fazer um ponto de inflexão à Revolução Verde, que de acordo com Pompeia (2021) foi uma resposta dos países imperialistas, nomeadamente, Estados Unidos e Inglaterra, as Revoluções Vermelhas que ocorriam pelo Leste Europeu e apresentavam outros caminhos para a humanidade, e à Revolução Branca do xá do Irã. Com uma máscara de combate à fome, a Revolução Verde foi o reforço necessário para a divisão internacional do trabalho, do aprofundamento da crise ambiental e que não solucionou o problema da fome no planeta, porque este problema não deriva da falta de alimentos, e sim, de falta renda dos trabalhadores em vulnerabilidade.

Apesar de discussões anteriores, o mundo se deu conta de que a degradação ambiental era uma realidade apenas nos idos de 1960, quando Rachel Carson publica sua pesquisa no livro “Primavera Silenciosa” no qual discute o uso dos agrotóxicos na produção agrícola,

especialmente, o Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT). Os resultados desta pesquisa despertaram a preocupação referente a degradação que o meio ambiente enfrentava e produziu uma série de encontros, conferências, relatórios, tratados, entre outros vários documentos que trouxeram direcionamentos para que as organizações e indivíduos se posicionem no sentido da segurança ambiental e produtiva.

O modo de produção capitalista tem por essência a expropriação, nomeadamente, da força de trabalho e dos recursos naturais, como já foi apontado anteriormente. Neste sentido, a sustentabilidade ambiental é uma categoria inalcançável no capitalismo, visto que, a produção depende da utilização dos recursos naturais que são limitados em um planeta que está saturado pelas contaminações emitidas pela indústria e pela agricultura. Depois do seu uso dos recursos naturais, devolve à natureza materiais, agora industrializados, em forma de lixo.

O conceito de desenvolvimento sustentável agrega o desenvolvimento econômico, a conservação da natureza e a redução da desigualdade mundial como objetivos éticos comuns. O relatório Brundtland indicou que a pobreza dos países do Terceiro Mundo e o consumismo elevado dos países do Primeiro Mundo representavam as causas fundamentais que impediam um desenvolvimento igualitário no mundo e, consequentemente, produziam graves crises ambientais (Irigaray; Stocker, 2022, p. 1)

É inegável que os indivíduos estejam sentindo os efeitos da crise climática, que estes efeitos são consequências do uso irresponsável dos recursos naturais e por isso estão exigindo que as organizações se adequem a esta nova realidade, buscando um modo de produção sustentável.

Nesta esteira, surge em 2004 o relatório *Who Cares Wins* (“Quem se importa, vence”) do Banco Mundial em parceria com o Pacto Global das Nações Unidas (ONU), com grandes bancos e fundos globais, incluindo o Banco do Brasil, que estabeleceu uma série de diretivas que levavam em consideração a perspectiva social, ambiental e de governança. Inicialmente foi direcionado ao setor financeiro, mas que se desenvolve aos demais setores da economia. Este documento, cunhou pela primeira vez o uso da sigla ESG (*environmental, social and governance*).

Belink (2021) aponta que “cada vez mais investidores, gestores de ativos e dirigentes empresariais têm buscado critérios ESG para direcionar seus recursos, projetos e esforços”. O

movimento produzido pelo ESG trouxe aos negócios uma perspectiva de produção sustentável, economicamente próspera, socialmente justa e ambientalmente viável.

A chamada Agenda ESG é composta por um conjunto de medidas contemplando diversos objetivos: transparência, prestação de contas, relações equitativas e licença social. As ambiciosas medidas se desdobram em providências a serem tomadas pelas empresas para atender todas as partes interessadas, que são os acionistas minoritários, empregados, parceiros de negócios, agentes financeiros, órgãos de monitoramento contra práticas corruptas, agências de proteção do meio ambiente e de regulação setorial, instâncias tributantes do governo, organizações não-governamentais voltadas para a proteção dos direitos difusos e demais interessados da sociedade organizada (Bergamini Júnior, 2020, p. 46).

Importa destacar que o ESG não é um novo conceito de sustentabilidade, mas uma agenda com objetivos e premissas que buscam oferecer retorno que acabam por convergir ao conceito de sustentabilidade. Busca ainda vender um padrão de boas práticas produtivas tendo como foco a produção que seja reconhecida, valorizada pelos acionistas, consumidores e empregadores. Souza e Mezzabora (2022, p. 250) destacam que “o acrônimo ESG (*Environmental, Social and Governance*) pretende ser uma medida que revela a uma ética específica das organizações que integram o mundo corporativo.”

O ESG parte de três conceitos que formam a sigla, tendo o “E” da palavra inglesa *environmental*, que em tradução livre “ambiente”. Correspondem as práticas ambientais que buscam metodologias que se alinhem a proteção ao meio ambiente e o uso responsável dos recursos da natureza, avaliando o uso correto do solo e da água, bem como a preocupação na emissão de gases do efeito estufa.

Penha (2023), aponta que o ESG tem origem nas organizações privada ao afirmar que, “(...) com o objetivo de que investidores pudessem avaliar a sustentabilidade e o impacto de suas atividades”, contudo, a sigla não fica restrita apenas a empresas de capital privado, mas se expande ao setor público, tensionando para que a administração pública elabore políticas públicas que mitiguem os impactos humanos no meio ambiente, garantido a promoção social.

O “E” da sigla abarca outras determinações ambientais que devem ser consideradas ao pensar em uma perspectiva de desenvolvimento e de manutenção da vida humana, nomeadamente, aquecimento global, emissão de carbono, poluição, biodiversidade, desmatamento, eficiência

energética, gestão de resíduos e escassez de água. O conceito ambiental também está conectado com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, tais como: Fome zero e agricultura sustentável; Saúde e bem-estar; Água potável e saneamento; Energia limpa e acessível; Indústria, inovação e infraestrutura; Cidades e comunidades sustentáveis; Consumo e produção responsáveis; Ação contra a mudança global do clima; Vida na água; Vida terrestre.

Corroborando com esta associação ESG e ODS, a afirmação de Lima *et. al.* (2023, p.1) em que destaca haver

(...) um forte alinhamento estratégico entre as práticas ESG e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela ONU. Os ODS, embora sejam mais temáticos do que centrados nas organizações, podem ajudar a alinhar aspectos ESG específicos do setor de atuação e da organização com os objetivos sociais e ambientais mais amplos.

Neste sentido, o S (*social*) que representa as práticas sociais, tem como prerrogativa a mediação entre empresa e as pessoas que fazem parte do seu universo, garantindo qualidade de vida no trabalho e fora dele. Tem como objetivo também a inclusão da diversidade e a promoção da equidade por meio de políticas organizacionais, mas que não se restringem ao ambiente de trabalho, buscando contemplar a toda a comunidade, se balizando nos direitos humanos e as leis trabalhistas.

O “S” também está ligado aos ODS da ONU, que de acordo com Van Der Waal & Thisjssen (2020), são balizadores para que as organizações busquem inovação e desenvolvimento com criatividade buscando um valor comum, tendo como resultado a redução da pobreza, na erradicação da fome e da proteção ambiental.

O G (*Governance*) se relaciona com a forma como a organização é gerenciada. Este conceito busca elaborar boas práticas de gestão que não se pautem unicamente na obtenção de lucro, mas antes busque oferecer aos acionistas, trabalhadores, fornecedores e todos os indivíduos envolvidos com a organização valores éticos, justos e transparentes, observando as várias áreas das instituições (finanças, cadeia de suprimentos, produção, recursos humanos, legislações, contabilidade, entre outras).

Para que a governança seja eficiente é preciso que haja a busca constante por transparência que vem via auditorias, que comprovem a boa conduta da administração superior em direção do cumprimento da agenda ESG. Souza e Mezzaroba (2022, p. 251), destacam que é importante “inclusive, canais de denúncias, visando coibir práticas que violem regras sociais, ambientais e de governança, tudo a fim de promover um panorama de confiança, capaz de proteger o capital dos investimentos”.

Neste sentido, é possível apontar que a prática do ESG nas organizações visa convencer os *stakeholders* de que a atividade econômica desenvolvida é confiável, comprometida com o desenvolvimento sustentável, nomeadamente, proteção da biodiversidade, com a promoção do desenvolvimento humano das classes subalternizadas mediante boas práticas de gestão. Mas, teria o capitalismo tamanha preocupação para além da expansão de sua própria acumulação? Segundo Marx (2017) o trabalho humano é o pai de toda riqueza material, e a natureza, por sua vez, a mãe.

3 A CRISE AMBIENTAL COMO EXPRESSÃO DA CRISE DO CAPITAL

Pensar o capitalismo é pensar as contradições que existem em seu interior, e a principal contradição existente na sociedade burguesa desde sempre é a relação capital x trabalho. Esta afirmação é presente no pensamento marxiano e expresso na primeira linha do Manifesto Comunista quando Marx e Engels (2010, p. 40) destacam que “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes”.

Marx observou em sua construção teórica da realidade, alicerçada no materialismo histórico e dialético, que o modo de produção capitalista é orientado a maximização da extração de mais valor, ou como é interpretado vulgarmente, pelo lucro. Sendo assim, a acumulação capitalista leva, necessariamente, a uma crescente exploração, alienação e expropriação da força de trabalho, mas não apenas isso, é a base da exploração dos recursos ambientais, e consequentemente, de sua degradação da fonte de toda a riqueza: a natureza.

A relação dos seres humanos com a natureza é reconhecida por Marx como uma relação condicional da existência humana, visto que, é a natureza que serve de fonte a produção de mercadoria. Muito embora, a sobrevivência humana no planeta dependa da natureza, o contrário não é verdadeiro.

O trabalhador nada pode criar sem a *natureza*, sem o *mundo exterior sensível* (*sinnlich*). Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz (Marx, 2010, p. 81).

Conforme observa Marx, o trabalhador depende da natureza para a reprodução da vida biológica, porém, o modo de produção capitalista se apropria da natureza e a transforma em mercadoria, lhe atribuindo valor de uso, inclusive para elementos vitais da vida humana, como o acesso a água e a alimentação. A natureza na contemporaneidade, ou foi apropriada pelos capitalistas ou está em ferrenha disputa como é o caso das Terras Indígenas que estão em ataques, principalmente pela mineração e pelo agronegócio. É por esta constatação que é possível afirmar que a natureza não gera valor de uso, mas ela é a fonte deste valor.

A crise econômica e a crise ecológica resultam do mesmo fenômeno: um sistema que transforma tudo – a terra, a água, o ar que respiramos, os seres humanos – em mercadoria, e que não conhece outro critério que não seja a expansão dos negócios e a acumulação de lucros (Löwi, 2013, p. 79, 80).

No modo de produção capitalista a produção de mercadorias não passa pelo seu valor de uso, e sim, pelo valor de troca, neste sentido, não são as necessidades humanas que norteiam a produção, mas, as condições de mercadorias que podem ser vendidas e compradas por quem possa pagar para tê-las. Sendo assim, é a acumulação de capital que define as inovações produtivas e as formas como esta mercadoria será produzida. Portanto, na economia capitalista as relações estabelecidas entre seres humanos e natureza são reduzidas meramente a perspectiva da acumulação.

Uma taxa de crescimento econômico como a da segunda metade do Breve Século XX, se mantida indefinidamente (supondo-se isso possível), deve ter consequências irreversíveis e catastróficas para o meio ambiente natural deste planeta, incluindo a raça humana que faz parte dele. Não vai destruir o planeta, nem torná-lo inabitável, mas certamente mudará o padrão de vida da biosfera, e pode muito bem torná-lo inabitável pela espécie humana, como a conhecemos, com uma parecida a seus números atuais. Além disso, o ritmo em que a moderna tecnologia aumentou a capacidade de nossa espécie de transformar o ambiente é tal que, mesmo supondo que não vá acelerar-se, o tempo disponível para tratar do problema deve ser medida mais em décadas que em séculos (Hobsbawm, 1994, p. 547).

O capitalismo por ser produtivista impõe uma dinâmica de extração de recursos naturais que é claramente insustentável para o planeta. O uso devastador dos recursos naturais pela indústria

e pela agricultura moderna estão comprometendo a qualidade de vida no planeta, e até mesmo sua existência. Neste sentido, é possível constatar que a preocupação com o uso dos recursos naturais nunca foi a prioridade dos capitalistas. Marx (2017, p. 574) destaca que “(...) Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador.”

O capitalismo é incompatível com a ideia posta pelo Relatório de Brundtland em que destaca a preocupação em suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atendimento das necessidades das gerações futuras. O capitalismo é predatório, imediato e irracional. Neste sentido, é impossível que exista em qualquer momento da composição do capitalismo uma perspectiva sustentável que passe do mero discurso.

A adoção de boas práticas não são os suficientes para dirimir as consequências dos problemas ambientais que o uso predatório dos recursos naturais tem causado. Os efeitos do capitalismo sobre o clima e suas implicações sobre a humanidade são de pronto provados pela classe trabalhadora, principalmente, as parcelas desta classe que estão nas camadas mais vulneráveis da sociedade burguesa.

A natureza, embora pareça silenciosa, expressa-se a partir do aquecimento da terra, dos sinais do degelo, das chuvas desordenadas, do esgotamento hídrico, do acúmulo do lixo, o que para consciências pouco sensíveis, ainda não é o suficiente. Aos empobrecidos, certamente os mais atingidos porque mais vulneráveis, apresenta-se a exigência de também reagirem e exigirem outra sorte para serem inscritos no lugar onde efetivamente contam; por fim, às gerações futuras – ainda sem voz – que contam com nossa responsabilidade histórica para com elas (Schons, 2012, p. 76).

A luta de classes está presente na crise ambiental de tal modo que a disputa de narrativas e o uso do poder da propaganda tem colocado toda a responsabilização sobre a classe trabalhadora, como a responsável por salvar a vida no planeta. A imputação da necessidade de que os indivíduos economizem água, utilizem eletrodomésticos com mais tecnologia e mais eficientes no que diz respeito ao consumo de energia, redução de uso de materiais plásticos, são exemplos de como o capital tenta mudar a responsabilização pelo colapso que vivemos.

A Economia Política desenvolvida por Marx nos leva a um entendimento de contradição na crise ecológica com o capitalismo, visto que o avanço do capital sobre os recursos naturais põe

em risco sua própria reprodução e existência, uma vez que a valoração da natureza limitada põe em risco um elemento essencial para o capitalismo, pois este colocaria parte do planeta em condições de degradação tão profundas que seria impossível a sobrevivência humana. Saito (2021), aponta que

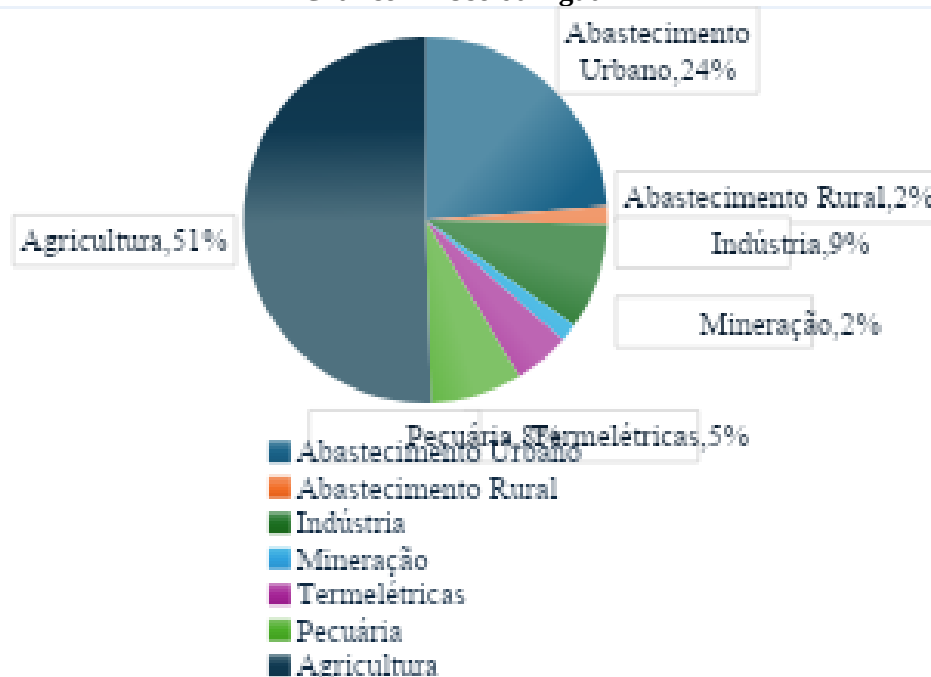
(...) Marx viu nessa destruição irracional do meio ambiente e na relevante experiência de alienação criado pelo capital uma chance de construir uma nova subjetividade revolucionária que reivindique conscientemente uma transformação radical do modo de produção, a fim de realizar o desenvolvimento humano livre e sustentável.

Saito (2021) argumenta ainda que “a ecologia de Marx não é determinista nem apocalíptica” pois a partir de sua teoria do metabolismo, que combate o poder de coisificação do capital, e sua capacidade de tornar tudo mercadoria, que se propõe a transformação da relação entre os seres humanos e a natureza.

4 A CRISE AMBIENTAL E SUA ATUALIDADE NO BRASIL

O capitalismo se apropria da natureza, extrai dela toda sua riqueza e responsabiliza a classe trabalhadora pelos desastres causados. Este fato é flagrantemente percebido no discurso de uso consciente da água e da energia. Como se o consumo individual da classe trabalhadora fosse realmente a responsável pela degradação ambiental e das crises hídricas que fazem parte da realidade.

Enquanto em 2022 o uso da água para o abastecimento humano (rural e urbano) somam 25,5% do total consumido no Brasil, a pecuária e a agricultura utilizaram cerca de 58,6% de toda a água utilizada no país no referido ano para a irrigação e abastecimento animal, seguido de 9,4 % pela indústria e 6,5 outras atividades econômicas (mineração e geração de energia) (ANA, 2024).

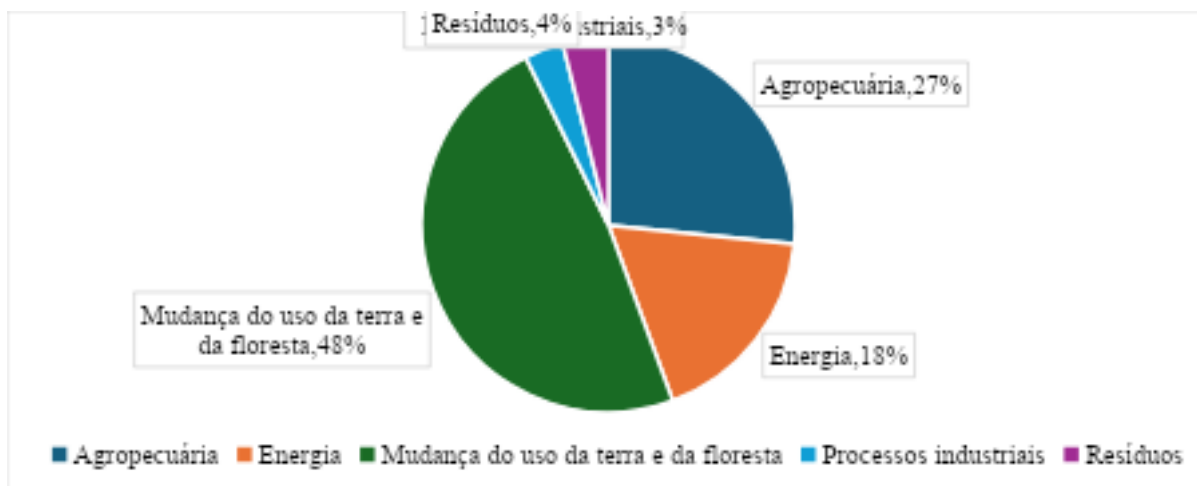
Gráfico 1 - Uso da Água⁶

Fonte: ANA, 2024.

A partir das informações apresentadas no Gráfico 1, é possível apontar que o uso da água potável como mercadoria ou como insumo de produção de mercadorias é o principal destino deste recurso natural indispensável para a vida no planeta. Contudo, as ações de propaganda e marketing são direcionadas aos sujeitos individuais a responsabilidade de preservar o meio ambiente, com o discurso falacioso de que é responsabilidade dos indivíduos a preservação ambiental, eximindo as organizações de suas ações danosas.

Seguindo com os dados, apresentamos no Gráfico 2, os indicadores de emissão de dióxido de carbono (CO₂). Este gás também conhecido como gás carbônico, está presente na atmosfera terrestre e representa, aproximadamente, 0,036% da composição total dos gases atmosféricos. A principal origem do CO₂ é a queima de combustíveis fósseis e biomassa, e a partir da mudança do uso do solo, como o desmatamento para uso da pecuária e agricultura, que tem impactado diretamente no aquecimento do planeta, acarretando inúmeros problemas de ordem ambiental.

⁶ Os dados do gráfico encontram-se arredondados.

Gráfico 2 - Emissões de CO2 em 2022⁷.

Fonte: SEEG/Observatório do Clima, 2023.

No caso do Brasil, o principal emissor responsável pela emissão de CO₂ é o desmatamento e a agricultura com 75% dos casos, as duas situações geralmente estão imbricadas pelo interesse do agronegócio, que necessita de terras para a produção agrícola e consequentemente, para a acumulação de capital. Outro fator que se relaciona é a imposição do imperialismo a uma moderna divisão social do trabalho, onde os países periféricos são destinados a produzir alimentos para os países de capitalismo central. É de relevo destacar que o Brasil também é um grande produtor mundial de biodiesel, ou seja, a produção energética também tem seu atrelamento ao agronegócio.

Nesta perspectiva, o ESG tem ganhado espaço também no agronegócio. Contudo, a adoção da agenda ESG passa longe de sua correta utilização. Os números da emissão de CO₂ e do consumo da água para irrigação são expressões desta contradição. Além disso, o agronegócio brasileiro possui um forte *lobby* político que ampliou na expansão da utilização de agrotóxicos no país. Segundo dados a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 2021, foram consumidas mais de 300 mil toneladas de agrotóxicos pelo agronegócio. Este número é reflexo da regularização escandalosa de produtos químicos destinados às lavouras.

Em 2017 foram aprovados 404 agrotóxicos, seguidos por 449 em 2018, 475 em 2019, 493 em 2020, 562 em 2021 e até o primeiro semestre de 2022 já havia 424 aprovações. Na média, entre os anos de 2001 e 2016, eram aprovados 137 cadastros por ano. Somando os últimos 5 anos e o dado parcial

⁷ Os dados do gráfico encontram-se arredondados.

de 2022 a média sobe para 227 aprovações. Somente os 5 últimos anos, mais a parcial de 2022 possuem isolados a média de 468 aprovações por ano. A discrepância entre os números fica mais evidente quando são considerados os números totais. De 2001 à 2016 foram 2.182 aprovações no total, já entre 2017 à 2022 foram 2.807 aprovações até o primeiro semestre de 2022. Em 5 anos registrou-se um aumento de 128,64 % em relação aos números totais dos 16 anos anteriores (EMBRAPA, 2022).

Com o discurso de produzir alimentos, o agronegócio, que na verdade produz *commodities*, passa longe de suprir a mesa dos trabalhadores brasileiros, esta responsabilidade é assumida pelos pequenos produtores, que se caracterizam pela subsistência e que vendem apenas o excedente de sua produção. Neste sentido, a agricultura camponesa se desloca do agronegócio, mesmo quando este procura capturar esta categoria produtiva para apresentar uma proposta sustentável (Henig, 2023).

A agenda ESG está profundamente atrelada e utilizada pelo capital onde mesmo empresas como a JBS condenada pela justiça brasileira em 2019 a pagar uma multa de 500 mil reais por danos ambientais e que está sendo processada nos Estados Unidos pela prática de *greenwashing*⁸, apresentam o uso da agenda ESG em suas organizações. Letitia James procuradora do estado de Nova Iorque apresentou acusação de prática de *greenwashing* contra a JBS, apontando que a empresa explora “os bolsos dos americanos comuns e a promessa de um planeta saudável para as gerações futuras” (New York, 2024).

Nesta perspectiva as organizações têm buscado se apresentar como alternativa às questões climáticas, mas na prática a busca real é a acumulação de capital, que passa pela conquista de novos mercados. Em sua página oficial na internet⁹, a JBS apresenta-se como uma empresa que tem adotados as “boas práticas” do ESG, contudo, a realidade é de uma organização que tenta ludibriar a opinião pública e que, inclusive acumula processos e condenações que contradizem seu discurso.

Outras organizações também se utilizam da agenda ESG para promover uma imagem verde da marca, como é o caso Braskem¹⁰. A Braskem é controlada pela Novonor, (anteriormente,

⁸ O termo *greenwashing* é cunhado Pagotto e Carvalho (2020) como sendo “um negócio bilionário com a finalidade de espalhar tinta verde, cooptar o movimento ambientalista, enganar consumidores e melhorar a performance financeira e reputacional de uma organização”.

⁹ <https://ri.jbs.com.br/investidores-esg/sustentabilidade/>

¹⁰ <https://www.braskem.com.br/prioridade-esg>

Grupo Odebrecht) com 38,3% das ações e a Petrobrás, segunda maior acionista com 36,1% das ações, e atual no ramo de construções e engenharia, química e petroquímica, energia e entre outros negócios.

A Braskem ganhou destaque nacional pelo “afundamento de Maceió – AL”. Na capital alagoana, a Braskem levou a desocupação de bairros inteiros devido a extração de sal-gema (cloreto de sódio) muito utilizado pela indústria. As residências, comércios e até vias públicas começaram a ruir devido a extração do mineral no subsolo de Maceió. Esta situação se estende há mais de quatro anos (Bittencourt, Toledo & Rocha, 2023).

Lefebvre (2002, p. 91) aponta que “o ataque pelo alto, se se pode dizer, comporta um projeto global, submetendo o território nacional a um ‘planejamento’ comandado pela industrialização”. É preciso compreender que os territórios, sejam eles urbanos ou rurais, individuais ou coletivos, tem servido apenas para a reprodução do capital, sem a atenção aos sujeitos que ali vivem.

Outro exemplo do que Lefebvre (2020) destaca é o caso Vale¹¹, que devastou várias cidades do estado de Minas Gerais, em um crime ambiental sem precedentes na história do país. Desalojou cidades inteiras, causou a morte de 289 pessoas. E que apesar da Fundação Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais (FEAM) apontarem que 52 estruturas de barragens ainda não cumprem os requisitos de segurança estabelecidos. Contudo, ao acessar o *site* da Vale na internet, é possível ver uma página com a agenda ESG.

Foram selecionados casos de repercussão nacional e internacional para contestar a agenda ESG pelo capitalismo. Estes casos chocantes são os que foram amplamente discutidos pela sociedade, mas quantas outras organizações se utilizam do conceito de sustentabilidade e responsabilidade social, mas que na prática não condizem com o discurso. É preciso que a criticidade para compreender que o capitalismo se utiliza da boa-fé dos trabalhadores, para explorá-los e imputar uma responsabilização que não é devida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹¹ <https://vale.com/pt/esg/home>

A humanidade ao longo de sua história se apropriou da natureza com a finalidade de sobreviver, com o uso limitado e a vastidão de recursos naturais existentes pensava-se que estes recursos não findariam e que a humanidade poderia usufruir largamente das dádivas da natureza. É na acumulação primitiva que se dá a ruptura da relação seres humanos x natureza, para que estes dois elementos se tornem a condição para a acumulação capitalista. Na hodierna fase do capitalismo sabemos que os recursos naturais não são ilimitados, e que a forma como estão sendo explorados colocam em risco a sobrevivência humana no planeta. É perceptível também que a natureza já não é um bem comum, utilizado para a sobrevivência da espécie, ao contrário, ela foi apropriada pelo capital que a explora como se não houvesse finitude com a finalidade de acumular e expandir o capital.

Neste sentido, tal como é apresentado por Marx n’O Capital, a reprodução do sistema capitalista está intrinsecamente ligada na exploração dos seres humanos e da natureza, sendo este, a essência da acumulação capitalista, sem estes dois elementos a serem explorados não há possibilidades do capital se apropriar da mais valia. Corroborando com esta reflexão, na Introdução a Contribuição a Crítica da Economia Política, Marx destaca que “(...) é tautologia dizer que a propriedade (apropriação) é uma condição da produção (...)”.

Sendo assim, a dita “Questão Ambiental”, não se reduz a problemas pontuais, como queimadas, desmatamento, contaminação do solo e das águas. A “Questão Ambiental” é uma expressão da crise capitalista. Para Marx, a totalidade é o conjunto de partes que estão articulados e cada uma das partes é um todo que expressa maior ou menor complexidade. Esta totalidade da Questão Ambiental é dialética, uma vez que apresenta contradições que se apresentam nas dinâmicas econômicas e sociais. Netto (2011, p. 57), aponta para esta direção ao afirmar que

(...) a totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma totalidade dinâmica – seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica. Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas – e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação.

Compreender que o capitalismo se utiliza de toda sua força econômica e política para sua expansão, passa também pela capacidade de apreender suas inovações, que tangenciam à acumulação capitalista. A agenda ESG que se constrói a partir de instituições financeiras é um exemplo na ação do capital para capturar todas as esferas da sociedade, mesmo que isso coloque em risco sua própria existência. Não existe planeta B, *a priori*.

O ESG nada mais é do que uma maneira de suavizar os impactos ambientais e passar para a classe trabalhadora a ideia de que os capitalistas estão empenhados em proteger a natureza, contudo, não passa de “imagens meramente ilustrativas”. A elencar algumas empresas que se utilizam da agenda ESG, mas que não cumprem com a proposta de sustentabilidade, se escancara a contradição existente entre natureza e capitalismo.

A resposta da questão inicial que nos instiga a problematizar o ESG é apresentada ao longo de todo o debate construído. A agenda ESG é uma roupagem utilizada pelos capitalistas a fim de oferecerem uma imagem sustentável para sua acumulação, contudo, esta imagem se contrapõe aos inúmeros desastres que ocorrem em decorrência da exploração dos seres humanos e da natureza. Importa destacar, que o discurso hegemônico, recomenda que a classe trabalhadora limite o uso de água, energia e outras mercadorias que causam impactos ambientais, contudo, é o próprio capitalismo que oferece aos trabalhadores os produtos que irão poluir.

É ratificado ainda através deste trabalho que são as grandes corporações que mais utilizam água para a produção. No caso brasileiro, o agronegócio se desponta como maior consumidor de água, seja para a hidratação animal, seja para a irrigação da agricultura e pastagens. A estes, não há campanha na mídia pedido para reduzir o uso da água, pelo contrário é apresentado como “a indústria-riqueza do Brasil”. Riqueza para quem?

Lastreado por referencial teórico, este texto apresenta uma crítica à agenda ESG, não por desconsiderar a importância da natureza, muito pelo contrário. O que se busca é a emancipação humana para que a natureza deixe de ser uma mercadoria e passe a ser um bem comum, que todos tenham acesso de igual modo. A emancipação da classe trabalhadora, é condição *sine qua non* para que a natureza seja preservada e recuperada de forma sustentável.

6 REFERÊNCIAS

ANA, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2023: informe anual. Brasília: ANA, 2024.

BELINKY, Aron. Seu ESG é sustentável? GVExecutivos, V. 20, N 4. OUT/DEZ. 2021.

BERGAMINI JÚNIOR, Sebastião. ESG, Impactos Ambientais e Contabilidade. Pensar Contábil, v. 23, n. 80, p. 46-54, Rio de Janeiro. jan./abr. 2020.

BITTENCOURT, Márcio Teixeira; TOLEDO, Peter Mann de; ROCHA, Gilberto de Miranda. Regularização Fundiária Urbana, Desastres Ambientais, Defesa Civil e a Mineração: A Braskem e a extração de sal-gema em Maceió. Revista Foco v. 16, n. 3, Curitiba, 2023. P. 01-28.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Brasília, 2023. Acesso em 25/03/2024. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/agricultura-e-meio-ambiente/qualidade/dinamica/agrotoxicos-no-brasil>

ENGELS, Friedrich. Dialética da Natureza. São Paulo: Boitempo, 2020.

FEAM. Fundação Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais. Acesso em 28/03/2024. Disponível em: <http://www.feam.br/>

FOSTER, John Bellamy. A ecologia de Marx: materialismo e natureza. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

HENIG, Edir. Materialismo histórico e dialético nas pesquisas em Administração: Uma análise bibliométrica da utilização da base Spell. VIII ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO - EnGPR 2023. São Paulo - 16 - 18 de mai de 2023.

Henig, Edir. A Chaga da Fome: Do desmonte das políticas públicas agrárias à insegurança alimentar e nutricional. In.: XI Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2023.

HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1994

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis. STOCKER, Fabrício. ESG: novos conceitos para velhos problemas. Cadernos ABAPE.BR. v. 20, nº 4, Rio de Janeiro, Jul./Ago. 2022.

LÖWI, Michael. Crise Ecológica, Crise Capitalista, Crise de Civilização: a alternativa ecossocialista. CADERNO CRH, Salvador, v. 26, 67, p. 79-86, Jan./Abr. 2013.

LIMA, Clarissa Melo Lima; LIMA, Mariana Lopes De; ALVES, Liliane Evangelista; SANTANA, Willian; COSTA, Tito Ricardo Vaz da. Avaliação de práticas ESG e sustentabilidade em grandes empresas brasileiras sob a ótica da ABNT PR 2030. In.: XIV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental. Natal/RN, 2023.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. Contribuição a Crítica da Economia Política. São Paulo: Expressa o Popular, 2008.

MARX, Karl. Manuscritos Econômicos-Filosóficos. 4. Reimpr. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política Livro 1. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

NETTO, J. P. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

New York. Attorney General James Sues World's Largest Beef Producer for Misrepresenting Environmental Impact of Their Products. 2024. Disponível em: <https://ag.ny.gov/press-release/2024/attorney-general-james-sues-worlds-largest-beef-producer-misrepresenting>.

ONU. United Nations, & Swiss Federal Department United Nations of Foreign Affairs (2004). **Who cares wins. Connecting financial markets to a changing world.** Disponível em: https://www.unepfi.org/fileadmin/events/2004/stocks/who_cares_wins_global_compact_2004.pdf

Pagotto, E. L., & Carvalho, M. B. de. (2020). Natureza à venda: da ecopornografia a um modelo compreensivo de indicadores de greenwashing. Scripta Nova: Revista Electronica de Geografia y Ciencias Sociales, 24(631), 01-31. <https://doi.org/10.1344/sn2020.24>.

PENHA, Thaluana Alves da. Prática ESG de sustentabilidade ambiental na cidade de São Paulo. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Empresarial da Universidade Nove de Julho. São Paulo: 2023. F.87.

POMPEIA, Caio. Formação política do agronegócio. São Paulo: Elefante, 2021.

SAITO, Kohei. O Ecosocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política. São Paulo: Boitempo, 2021

SCHONS, Selma Maria. A Questão Ambiental e a Condição da Pobreza. Revista Katálysis, , v. 15, n. 1, p. 70-78. Florianópolis, jan./jun. 2012.

SEEG. Observatório do Clima. Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa. Observatório do Clima, 2024. Acesso em 25/03/2024. Disponível em: <https://seeg.eco.br/>

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente:** perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gala, 2003.

SOUZA, José Fernando Vidal de; MEZZAROBBA, Orides. **Conhecer para não se iludir:** (Re)leitura dos fundamentos do ESG. CONPEDI LAW REVIEW. XI ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPED, v. 8, n. 1. Santiago, Chile. 249 – 273. Jul. - Dez, 2022.

VAN DER WAAL, J. W.; THIJSSSENS, T.. Corporate involvement in sustainable development goals: Exploring the territory. *Journal of Cleaner Production*, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.11962>